

ARBITRAGEM
E OUTROS MÉTODOS DE
SOLUÇÃO DE CONFLITOS
BRASIL E REINO UNIDO

NEIL ANDREWS

LUÍS FERNANDO GUERREIRO
ANDRÉ MONTEIRO
TRADUÇÃO E COMENTÁRIOS

COORDENAÇÃO
TERESA ARRUDA ALVIM

Editora Direito Contemporâneo

Sócios fundadores Rafael Arruda Alvim Pinto, Felipe Toledo Moreira, Teresa Arruda Alvim
 Diretor Comercial Rafael Arruda Alvim Pinto
 Diretor de conteúdo Felipe Toledo Moreira
 Editora Cristiane Faria
 Produção gráfica Bloco de Ideias
 Capa Antônio Rodrigues Filho

© desta edição [2021]

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais). O autor goza da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhe a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seu trabalho.

Data de fechamento da edição: 15-05-2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP). (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Andrews, Neil
 Arbitragem = Arbitration / Neil Andrews; [tradução Luis Fernando Guerrero].
 – 1. ed. – Curitiba: Editora Direito Contemporâneo, 2021.

Edição bilíngue: português/inglês
 ISBN 978-65-991301-3-7

1. Arbitragem 2. Arbitragem (Direito) 3. Direito civil I. Título.

21-60494

CDU: 347.918

Índices para catálogo sistemático:

1. Arbitragem : Direito civil 347.918
 Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Sumário

Capítulo 1

ARBITRAGEM COMERCIAL: O QUE É E POR QUE OPTAR POR ELA?	15
(1) Discussão de direito comparado	16
(2) A natureza jurídica da arbitragem.....	17
(3) A arbitragem é muito diferente do processo judicial?	19
(4) A análise das quatro funções essenciais da arbitragem por William Park.	20
(5) As sete principais características da arbitragem comercial moderna ...	22
(6) Os três pilares da arbitragem comercial: convenção arbitral, autonomia do processo e a execução internacional da sentença arbitral	26
(7) A relação entre as Cortes e o processo arbitral.....	30
(8) Os fatores atrativos da arbitragem comercial.....	31
(9) As vantagens da arbitragem	32
(10) Os aspectos problemáticos da arbitragem.....	38
(11) A arbitragem <i>ad hoc</i> e institucional.....	45
(12) Os países que mais atraem arbitragens.....	46
(13) Leis de arbitragem claras e acessíveis.....	46
(14) A linguagem do comércio	47
(15) Escritórios de advocacia globais.....	47
(16) A combinação da mediação e da arbitragem.....	47
(17) Os desafios da arbitragem	48

Capítulo 2

OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO ARBITRAL E JUDICIAL: UMA COMPARAÇÃO.....	49
(1) Visão geral dos princípios aplicáveis à arbitragem e ao processo judicial	50
(2) Incompatibilidade: princípios fundamentais do processo civil não aplicáveis à arbitragem na Inglaterra.....	52
(3) Congruência entre princípios fundamentais do direito processual nos âmbitos judicial e arbitral	57
(4) “Devido processo”	57
(5) Celeridade e eficiência processual.....	60
(6) Fundamentação adequada.....	61

10	ARBITRAGEM E OUTROS MÉTODOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS – Neil Andrews	
(7)	Definitividade da sentença arbitral.....	62
(8)	Efetividade.....	63
(10)	Inexistência da independência dos árbitros, como requisito autônomo, na lei de arbitragem inglesa.....	70
(11)	Casos em que o requisito da independência dos árbitros é exigido de forma separada.....	72
(12)	A independência dos árbitros como condição autônoma fora da Inglaterra.....	79
(13)	A independência “intelectual” do tribunal ao tratar do mérito da arbitragem.....	82
(14)	Árbitros: integridade e maturidade.....	83
Capítulo 3		
AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA ARBITRAGEM NA INGLATERRA...		85
(1)	A origem do <i>arbitration act 1996</i>	86
(2)	Os principais elementos do <i>arbitration act 1996</i>	87
(3)	As principais disposições do <i>arbitration act 1996</i>	96
(4)	O volume de arbitragens.....	97
(5)	A opção pela arbitragem.....	99
Capítulo 4		
A SEDE DA ARBITRAGEM E O CONJUNTO DE LEIS PERTINENTES.....		101
(1)	A sede da arbitragem.....	101
(2)	O conjunto de leis pertinentes.....	106
(3)	Leis que disciplinam o objeto da controvérsia a ser resolvida por meio da arbitragem.....	114
Capítulo 5		
“ARBITRABILIDADE”: LIMITAÇÕES DE ORDEM PÚBLICA.....		117
(1)	Introdução.....	117
(2)	Discussões judiciais recentes.....	122
(3)	A possibilidade de discussão no âmbito da arbitragem de aspectos de direito internacional.....	126
Capítulo 6		
CONFIDENCIALIDADE DO PROCESSO ARBITRAL.....		129
(2)	Confidencialidade: a posição do direito escocês.....	142
(3)	Processo judicial na <i>high court</i> inglesa: audiência e julgamento.....	143
Capítulo 7		
CONVENÇÕES DE ARBITRAGEM.....		149
(1)	Introdução.....	150

(2) Princípio da autonomia: em geral, a convenção de arbitragem não é invalidada pela anulação do contrato principal	156
(3) A construção liberal do alcance das convenções de arbitragem	161
(4) A seleção do tribunal arbitral.....	164
(5) O painel arbitral regularmente constituído por referência à afiliação religiosa	164
(6) Cláusulas “híbridas”: que autorizam uma das partes a optar pela arbitragem ou pelo processo judicial.....	169

Capítulo 8

RECONHECIMENTO DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM PELO PODER JUDICIÁRIO INGLÊS	171
Introdução.....	172
Suspensão de processos judiciais ingleses diante da existência de convenção de arbitragem válida	174
A convenção de Nova York (1958) exige que os estados-parte respeitem a convenção de arbitragem	185
<i>Anti-suit injunctions</i> (medidas inibitórias antiprocessos)	185
Exemplos de <i>antisuit injunctions</i> (medidas inibitórias antiprocessos) ajuizadas na Inglaterra.....	199
Perdas e danos pelo descumprimento da convenção de arbitragem.....	213

Capítulo 9

O INÍCIO DO PROCESSO ARBITRAL E A QUESTÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL	219
(1) Início	219
(2) Prazos.....	221

Capítulo 10

NOMEAÇÃO, ESTABILIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE DO TRIBUNAL ARBITRAL	227
O lento processo de indicação	227
Árbitros únicos.....	228
Painel arbitral.....	230
Revogação da autoridade arbitral pelas partes	244
Remoção do árbitro por decisão judicial	244
Renúncia, morte e substituições.....	247
Imunidade arbitral	250

Capítulo 11

PROCEDIMENTO ARBITRAL	251
Questões sobre processo arbitral em geral.....	251

12 **ARBITRAGEM E OUTROS MÉTODOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS** – Neil Andrews

Princípios da celeridade e da eficiência.....	256
Definição dos pontos controvertidos	257
Medidas provisórias e conservativas.....	259
Medidas provisórias de acordo com a lei modelo.....	266
Medidas provisórias ou conservativas: olhar a partir de outras jurisdições ..	268
Caução	271
Medidas provisórias satisfativas (inadmissíveis na ausência de consenso das partes) .	272
<i>Disclosure</i>	273
Preparação da prova e disclosure: regras de produção de provas da IBA (<i>International Bar Association</i>)	278

Capítulo 12

A AUDIÊNCIA	287
Regras de produção de provas da IBA (<i>International Bar Association</i>)	288
Poder do tribunal arbitral para dispensar audiência de produção de prova oral	288
Papel crucial do presidente	288
Árbitro deixando de exercer a sua função	290
Juizes aposentados e árbitros: antigos truques desaprendidos.....	292
O padrão da audiência.....	293
Papel do tribunal arbitral na condução da audiência.....	294
Testemunhas	295
Produção de documentos por testemunhas	297
Testemunhas: fontes comparativas.....	299
Peritos auxiliando o tribunal arbitral	300
Partes faltantes.....	302

Capítulo 13

PROVIMENTOS FINAIS, A SENTENÇA E A CORREÇÃO DA SENTENÇA PELO TRIBUNAL ARBITRAL	303
Provimentos à disposição do tribunal arbitral	303
Moeda na sentença arbitral.....	307
<i>Punitive damages</i> (ou indenização punitiva)	309
Compensação.....	313
A sentença.....	314
Correção da sentença pelo tribunal arbitral	321

Capítulo 14

HONORÁRIOS DOS ÁRBITROS, DESPESAS PROCESSUAIS E REEMBOLSO DE CUSTAS	329
Introdução.....	329

Honorários dos árbitros	330
Divisão de custas entre as partes	332
Capítulo 15	
SENTENÇA ARBITRAL: QUESTÕES SOBRE PRECLUSÃO E COISA JULGADA	337
Experiência inglesa	337
Reconhecimento internacional da coisa julgada na arbitragem	347
Decisões do tribunal arbitral a respeito da validade, do escopo e da eficácia sub- jetiva da convenção de arbitragem	351
Capítulo 16	
QUESTIONAMENTOS DAS SENTENÇAS ARBITRAIS INGLESAS À LUZ DA LEI INGLESA.....	357
Aspectos gerais a respeito dos questionamentos de acordo com o <i>arbitration act</i> 1996 (artigos 67, 68 e 69)	358
Questionamentos fundados na falta de jurisdição.....	362
Questionamentos fundados em graves irregularidades.....	371
Questionamentos fundados em erro da lei inglesa.....	381
Capítulo 17	
EXECUÇÃO NA INGLATERRA DE SENTENÇAS ARBITRAIS INGLESAS	395
Meios executivos	395
Capítulo 18	
EXECUÇÃO SOB AS REGRAS DA CONVENÇÃO DE NOVA IORQUE (1958)	401
O sistema da convenção (1958).....	402
A saga do caso <i>Dallah</i> (2): a reivindicação do judiciário francês (doméstico) da sentença de Paris	410
Comentários conclusivos sobre o caso <i>Dallah</i>	411
Anulação pelo judiciário nacional de uma sentença arbitral doméstica: a po- sição de um judiciário estrangeiro exequente	412
Capítulo 19	
CONFLITOS DE CONSUMO: FORMA DE SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	419
O palco europeu	419
Capítulo 20	
MEDIAÇÃO COMBINADA COM ARBITRAGEM	423
Introdução	424
Discussão comparada	425
Mediação antes do início da arbitragem	426
Mediação em questão se há uma cláusula de arbitragem efetiva	427

14 **ARBITRAGEM E OUTROS MÉTODOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS** – Neil Andrews

Recurso voluntário à mediação na pendência da arbitragem	428
A mediação intra-arbitral: ‘med-arb’.....	428
Consentimento das partes para árbitros atuando também como mediadores: o neutro camaleão.....	432
Árbitros com poderes outorgados pelas partes para facilitar acordos	438
Considerações finais	440

Capítulo 21

MEDIAÇÃO	443
Mediação e Outras Formas Alternativas de Solução de Conflitos.....	444
A natureza sutil da mediação.....	448
A gama de talentos do mediador	450
A neutralidade do mediador.....	451
Crescimento da mediação na Inglaterra.....	452
Convenções de mediação	459
Dever dos litigantes de considerarem a mediação.....	476
O dever se considerar o adr como pressuposto do processo judicial.....	480
Estímulo judicial seletivo à mediação.....	481
Natureza das ‘ordens’ de mediação judicial	482
Ausência de poder para obrigar a presença de um indivíduo na sessão de me- diação	483
Ordem de mediação proferida pelo judiciário mesmo que uma das partes <i>discor-</i> <i>de</i>	483
Ordem de mediar proferida pelo judiciário mesmo que as partes não quei- ram	484
Ordem judicial para “suspender” procedimentos judiciais de modo a facilitar a mediação.....	484
‘Ordem’ do judiciário para mediar sem a suspensão do processo.....	485
Medida para impedir atividades inconsistentes com a convenção de mediação.....	486
Sanções pecuniárias pela falha em seguir a mediação	486
Discussão privilegiada da mediação.....	494
Recepção inglesa da diretiva da união europeia sobre mediação.....	497
Mediação e o ceticismo do acordo.....	502
Notas conclusivas	507